

INTEGRA

“Não é um projeto para ter efeito na eleição”

Esta é a íntegra do discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na reunião ministerial em que apresentou o plano de metas do governo, no Palácio do Planalto.

"Bom dia. Nós vamos dividir essa reunião em duas partes. No início eu farei uma pequena introdução e depois eu pedirei ao ministro Kandir que especifique um pouco mais alguns dos nossos objetivos. Na segunda parte, nós abriremos a discussão entre os membros do Ministério e os líderes do governo. Na verdade, isso é uma reunião de rotina. Nós já fizemos várias reuniões com esse mesmo formato. Ela tem por objetivo mostrar ao Ministério o resultado de um esforço que vem se desenrolando há algum tempo e que conta com a cooperação de todos os ministros e os membros do governo e até mesmo da sociedade.

Desta vez houve modificações importantes no processo orçamentário, que serão explicitadas mais adiante, de tal maneira que esperamos alcançar aquilo que nós já havíamos conversado em reunião anterior do Ministério. Uma integração maior entre o Orçamento e a execução orçamentária, ou seja, entre aquilo que está orçado e aprovado pelo Congresso e a disponibilidade de recursos no Tesouro. Queremos assegurar aos programas — que são programas que vêm dos próprios ministérios, em debate com os vários setores do governo —, queremos assegurar a esses programas continuidade. E nós queremos aumentar o grau de previsibilidade para o conjunto da administração.

Eu queria recordar — embora talvez não fosse nem necessário — que esta caminhada para chegar-se ao ponto em que o Brasil está começando a chegar, vem de longe. Ainda no governo do presidente Itamar Franco, nós começamos a criar as condições para estabilizar a economia. Alguns dos aqui presentes participaram desse esforço. Essas condições implicavam modificações muito grandes para que nós pudéssemos ter alguma previsibilidade orçamentária e para que nós pudéssemos ter também um controle efetivo sobre a inflação. Ela contou permanentemente com o diálogo com o Congresso Nacional e com as várias forças da sociedade. Até que foi possível, em julho de 1994, depois da URV — que todos conheciam, apesar do nome um pouco esdrúxulo, é assim na época foi considerado —, criar, realmente, uma condição de estabilização.

Pois bem, os efeitos, também, imediatos dessa estabilização são conhecidos. Na verdade, houve uma melhoria sensível da distribuição de renda com a estabilização. Só para dar alguns indicadores, nas cinco principais metrópoles do Brasil, nas seis na verdade, passamos de 42% para 22% o contingente de pessoas consideradas, estatisticamente, pobres.

Ainda recentemente, no último PNAO que foi publicado, que é o primeiro depois do Real — que foi publicado fragmentariamente, ainda não está completo, mas, algumas tabelas que alguns jornais publicaram —, vê-se que esse processo realmente foi um processo muito intenso. Basta dizer que, na verdade, como disse aqui: se 5 milhões de brasileiros deixaram a condição de pobreza nessas cidades, cerca de 30 milhões de brasileiros, adicionais, entraram no mercado de consumo.

Estão aí os dados de consumo, dados bastante expressivos, até mesmo quando se discrimina quem é que aumentou o consumo. Não é difícil perceber que os brasileiros que têm renda de até dois salários mínimos tiveram um aumento maior do que os brasileiros que têm renda acima desse patamar — dos salários mínimos, o que nós permitiu — mesmo na chamada linha branca, geladeira e freezer, ainda numa proporção pequena, mas em quantidade já apreciável, porque no Brasil qualquer proporção dá uma quantidade enorme — aumentar a disponibilidade desses bens nas famílias dos brasileiros.

Isso é consequência imediata do Real. Essa estabilização trouxe uma imprevisibilidade — como disse — e houve um aumento também no que é fundamental, que é o aumento da poupança e da taxa de investimento. Passamos de uma situação bastante preocupante de 3,5% do PIB de investimento produtivo em 1992 para 16,2% no começo de 1996. É pouco ainda, nós precisamos alcançar 25%, mas já indica uma certa confiança da população. No caso, dos investidores, dos produtores.

Isso foi feito com muito sacrifício. Sacrifício dos programas de governo — os senhores ministros sabem disso, quanto aperto foi e grande, é vai continuar sendo pelas razões que serão ditas daqui a pouco. Mas sacrifícios que já permitem divisar um certo horizonte. Depois das enormes dificuldades que tivemos — também sabidas — no que diz respeito à manutenção da estabilização por causa de fenômenos que abalaram a economia internacional, além da taxa de juros chegou a 6,87 juros over em 1995, nós agora já temos uma taxa de juros de 1,98 e nós imaginamos até o final do ano de 1996, comparando-se com 1995, nós tenhamos, realmente, uma taxa de juros que corresponderá à metade da taxa de juros de 1995 — no final de 1996, na média de 1996. Portanto, isso já permite também, aos produtores um certo alento.

É verdade que eu me refiro à taxa de juros que o governo paga por seus títulos. E os efeitos sobre a taxa do consumidor final ou para o investidor são mais lentos. Mas estão se fazendo sentir, porque houve também uma modificação progressiva na política dos compulsórios e, portanto, a massa de recursos disponível passou a ser maior e, nós estamos assistindo, portanto, a uma tendência à queda da taxa de juros.

Devo também dizer que o sistema financeiro brasileiro que chegou a ter 16% do produto bruto, hoje está com metade disso, 8%. Portanto, é pura demagogia quem imagina que o governo está trabalhando para os bancos. É o contrário. Os bancos sofreram o maior aperto da história do Brasil. Evidentemente, com a responsabilidade que caracteriza esse governo, nós não podemos deixar que os depositantes sofram as consequências de um colapso do sistema financeiro, até porque o depositante são também os produtores, além de serem as donas de casa, os trabalhadores, os sindicatos, etc.

Mas a verdade é que o aperto financeiro foi muito grande. E, este governo se caracterizou pelo fato de enfrentar problemas, às vezes até simultaneamente. Tivemos de sanear a Caixa Econômica, o imenso esforço de saneamento do Banco do Brasil e, claro, quando você entra num processo de saneamento, como agora dos bancos estaduais, está se resolvendo problemas que foram criados no passado. E, muitas vezes, aparecem como se fossem problemas deste governo. É o contrário. Nós estamos enfrentando com tranquilidade e coragem problemas que foram criados no passado e que eram sempre empurrados para que governos futuros os resolvessem e o povo pagando o custo disso.

Nós, pelo contrário, enfrentamos essa questão e estamos em pleno processo de saneamento do sistema financeiro e com bastante êxito. Basta ver as opiniões dos economistas estrangeiros que estão vindo com frequência

ao Brasil e as análises comparativas com o custo do financiamento financeiro em outros países e o custo no Brasil, para verificar-se que também é pura demagogia dizer que o governo está despendendo uma massa enorme de recursos, até porque esses recursos — como também é sabido — pertencem ao compulsório dos bancos. Haverá, eventualmente, um ou outro custo para o Tesouro, no futuro, dependendo das condições, mas isso é incomparavelmente menor do que o custo que ocasionaria a derrocada do sistema financeiro ou mesmo de alguns setores parciais, mas importantes do sistema financeiro.

Esse clima, de um governo que atua, que enfrenta problemas aumentados, naturalmente, também, a disposição dos investidores — por isso a taxa de poupança e de investimento tem crescido — para que eles invistam mais no Brasil. No caso do setor externo é marcante: isso é um indicador mais palpável, mais rápido, porque o Banco Central registra. Os investimentos líquidos diretos do Exterior totalizavam em 1994 US\$ 1,9 bilhão durante o ano. Em 1995, US\$ 2,97 bilhões. Pois bem, o primeiro semestre de 1996, só o primeiro semestre deu quase US\$ 5 bilhões. Por consequência, quando em algum momento eu disse que provavelmente no decorrer do ano nós iríamos ter US\$ 7 bilhões de investimento, fui tímido. Na verdade, nós vamos alcançar cerca de 9 bilhões de dólares em um ano. Isso faz com que o Brasil volte aos tempos em que havia investimento crescente e isso é um indicador seguro de que nós vamos ter possibilidades sustentáveis de crescimento.

Ora, qual é a nossa parte? A parte do governo para que isso tudo ocorra? É basicamente levar adiante o processo de reformas e a diminuição do chamado custo Brasil. Não preciso repetir aqui o empenho que todos temos tidos nas reformas e continuaremos a ter. E com êxito. Reforma não é um processo que se decreta, reforma é um processo social, um processo para começar, não é um ato. É social, é cultural, é uma mudança de mentalidade. Não se muda mentalidade do dia para a noite, mas estamos mudando a mentalidade do Brasil.

E por mais que haja — como é normal numa democracia — discussões, váis-e-vens, como existem mesmo no nível do Congresso e no relacionamento entre o Executivo e o Legislativo, a resultante é positiva. A resultante é positiva e as reformas estão avançando e vão continuar avançando, e o governo não vai esmorecer até alcançá-las, porque essas reformas são imprescindíveis, não para este governo, mas para este país.

Muitas vezes, as pessoas se opõem ao país, pensando que estão se opondo ao governo, e dificultam a aprovação de medidas que clamam pela urgência e pela sua obediência. Não obstante, muitas vezes nós temos de depender de um esforço enorme. Agradeço a oportunidade para dizer que os líderes dos governos e os líderes dos partidos que nos apoiam têm sido constantes na busca de uma continuidade do processo dessas reformas.

Nós não podemos imaginar que as reformas básicas da administração, da Previdência, a tributária, esgotem a nossa agenda de custo Brasil. Não. Nós temos também que seguir adiante no processo das privatizações, no processo da redução do papel do Estado em certos setores, na prestação de serviços, na modernização e no aumento da eficiência da máquina pública.

Aqui é de salientar que, depois de muita crítica sobre a questão das privatizações, vê-se, hoje, que o governo agiu com firmeza e prudência. Inúmeras vezes eu disse que nós não estávamos aqui para vender patrimônio público na bacia das almas e que nós não temos nenhum compromisso com interesses que possam ser especulativos nas bolsas. Nós não tomamos decisões movidas por essas questões. Nós tomamos decisões tendo em vista o interesse nacional. O interesse público, o interesse do País. É de assinalar que, no caso específico, por exemplo, do sistema de transporte, nós conseguimos fazer o que muita gente não acreditava.

O sistema ferroviário brasileiro foi já em dois tempos objeto de licitação. Licitação que teve sucesso. Para um sistema de concessões, como nós pretendemos, até o fim do ano, praticamente passar quatro quintos do sistema ferroviário brasileiro para a gestão privada, e para investimentos privados, de tal maneira que a melhoria possa ser mais rápida, porque isso fará aumentar a taxa de investimento, sem que o governo tenha que despende recursos — que aliás não tem — na melhoria do sistema ferroviário.

E diga-se o mesmo no que diz respeito ao sistema rodoviário. Alguns trechos importantes do setor rodoviário estão também sendo objeto de concessão de serviço público, como a via Dutra, como a estrada que vai a Juiz de Fora, a estrada que vai a Teresópolis, como a ponte Rio-Niterói. Há um interesse imenso no Paraná, no Rio Grande do Sul, em outros Estados, nessa matéria. É claro que, num país tão grande e diversificado como o Brasil, nós não poderemos imaginar que o governo se ausente do setor rodoviário em várias áreas do País. Nós vamos continuar atuando, e atuando diretamente enquanto Estado, porque o fato de nós aumentarmos a capacidade de oferecer infra-estrutura em certas áreas não pode nos fazer esquecer o fato de que, noutras áreas, a ação de governo tem que ser prestante.

Nós estamos providenciando empréstimos razoáveis no Banco Interamericano de Desenvolvimento, para que nós possamos melhorar essa malha viária brasileira. Esses empréstimos já estão praticamente concedidos. Um dos programas diz respeito precisamente à recuperação desta malha e também a outros projetos de ampliação desta malha.

O mesmo se diga quanto à questão da energia elétrica. O ministro dirá mais adiante, quando for oportuno, a quantidade de concessões já feitas, apesar de obstáculos permanentes, de incompreensões permanentes de setores que resistem a verificar que o Brasil precisa crescer depressa, precisa oferecer mais empregos e precisa mudar sua infra-estrutura. Apesar disso, não apenas já fizemos a concessão de serviço público no sistema de distribuição de energia de tudo que havia em mãos federais, já foi, por esse mecanismo, passada a mãos privadas e, nós temos aí, eu creio que cerca de 30 projetos de energia, é isso ministro? Cerca de 30 concessões em andamento."

Ministro — 70.

"70 concessões exatamente. Vejam que o presidente está sempre tímido no que diz respeito aos números, mas a verdade é que nós estamos, realmente, numa grande velocidade desses processos de concessão, de tal maneira que os efeitos vão ocorrer no decorrer do tempo nos próximos anos, porque aí é emprego, é investimento, é produção de mais energia, é barateamento da energia, é barateamento do custo Brasil. Não vou continuar nessa direção, porque sabem também os senhores que na telefonia estamos às vésperas de uma explosão de investimento. Os meios de comunicação têm dado conta disso. Sabem também do esforço imenso, com o apoio sempre do Congresso e até com modificações importantes realizadas no Congresso, no que diz respeito à

reorganização do Estado quanto às autoridades que vão dirimir questões nas concessões, quanto a tarifa, uso dos bens públicos, etc., que é uma nova maneira de organizar o relacionamento do Estado com a sociedade.

Pois bem, diga-se que, também, no que diz respeito aos portos, depois de alguma hesitação no passado: o que aconteceu? A famosa Lei dos Portos foi implementada, está sendo implementada e os portos entrarão na lista de concessões e de privatizações e nós vamos avançar claramente nesta matéria também.

Ora, não se pode pedir além da conta a um país que, saiu exangue de um processo inflacionário de décadas e que em três anos — praticamente são três anos, quando se começou o esforço de reorganização —, há dois anos do Real e a um ano e oito meses, não sei quanto, nove meses deste governo, apresenta este conjunto de resultados. Portanto, não se trata de, agora, começar. Não, não. Agora é continuar. Só que vamos continuar a partir de um patamar de informação, de recursos e de capacidade de decisão sobre o que é necessário fazer. Portanto, de ordenamento de investimento muito maior do que tivemos até agora.

Ora, nesse novo momento, o que nós estamos chamando de investimentos básicos para o desenvolvimento supõem, e supõem com muita força, políticas sociais e políticas que dizem respeito à questão do desenvolvimento humano. Supõem com muita força. Supõem com muita força porque nós estamos atuando em parceria com a sociedade.

O mesmo esforço que se fez na área de infra-estrutura, para criar novas formas de relacionamento, esses órgãos regulamentadores como o Anel, que vai regulamentar a questão da energia, etc. O mesmo esforço que se fez nesta área está se fazendo no setor social.

Nós modificamos o modo de relacionamento do governo com a área social: na Educação, na Saúde, na Assistência Social, na Previdência Social. Em todos os setores modificamos o modo de relacionamento, quebrando os elos do clientelismo, transferindo os recursos do governo central para os Estados e para os municípios, descentralizando com coragem. E descentralizar quer dizer perder uma força burocrática de coação, acreditando na sociedade e exigindo que, na base, os recursos não fiquem entregues apenas ao setor público da base política, mas que existam conselhos nos quais se incluam segmentos da sociedade civil, para discutir a destinação desses recursos. Em alguns exemplos óbvios, como é o caso da educação, há mecanismos de entrega direta de recursos à diretoria da escola já pelo segundo ano consecutivo. E no próximo ano, esses recursos serão destinados não só pela diretoria, mas pelos conselhos de pais e mestres das escolas e só receberão recursos as escolas que organizarem os conselhos de pais e mestres, para que possam eles próprios assumir a responsabilidade pela utilização dos recursos.

Para dar um só exemplo: o SUS é a mesma coisa, o recurso é vigiado quando se entra no município que tem gestão plena do SUS. É o mesmo mecanismo. Nós estamos transferindo o controle para a sociedade. Há, portanto, aí uma revolução branca na área social. Há uma revolução branca. Nunca mais se ouviu falar de escândalos nem de clientelismos. Quando, eventualmente, ocorre alguma coisa, vai se verificar, é uma tentativa frustrada de algum esparto que tentou enganar algum prefeito fingindo que tem força no governo federal. Os prefeitos já sabem hoje que ninguém precisa ter força para receber o recurso a que tem direito e o direito não é do prefeito, é da população da localidade.

Portanto, aí há um grande esforço também de reorganização do Estado. Reorganizar o Estado não é apenas fazer reforma administrativa, aliás muito importante e que está no Congresso. É a modificação do modo de relacionamento na gestão, modificação no que diz respeito à infra-estrutura, modificação no que diz respeito aos programas sociais que nós estamos avançando e, certamente, uma forte modificação no sentido de dar prioridade à base da sociedade, educação fundamental.

O Congresso tem nas mãos, e o Senado resolverá brevemente um passo importante na valorização do professor da escola primária, fundamental, que significará na prática, que o governo federal adicionalmente recursos basicamente aos Estados mais pobres — basicamente Norte e Nordeste. Recurso para aumentar o salário do professor da escola primária e condicionará, obviamente, esses recursos ao preenchimento de certas regras que, efetivamente, melhoram a qualidade do ensino.

Pois bem, isto se faz com persistência. É um processo, repito, longo, mas é um processo que já está iniciado. E, agora, estamos aqui nesta reunião para, não inovar no que diz respeito a objetivos, não fazer programas novos, mas para buscar mecanismos de organização e de gerenciamento que permitam aumentar a eficácia na utilização dos recursos públicos.

Nós não vamos discutir agora, eu já vou apresentar alguns, depois eu passo a palavra ao ministro Kandir, a alguns elementos gerais de quais são esses programas. Eles não são o conjunto das ações de governo. Nós temos, em termos de investimento, cerca de R\$ 7,8 bilhões no orçamento fiscal, ou seja, de impostos aos quais se adicionam o investimento privado, e todas as formas de investimento que não são diretamente do orçamento fiscal, das empresas do Estado. Desse, nós vamos nos referir apenas à metade: R\$ 3,9 bilhões. Apenas à metade. Portanto, isso não vai esgotar o conjunto do que o governo vai fazer. Nós precisamos ficar atentos o que não viem lá contemplados alguns trabalhos que são importantes. É o mesmo importante. É que nós temos cerca de 1.500 ações de governo.

E, nós aqui, vamos iluminar 42, apenas para dar uma amostra e um exemplo ao País e a nós próprios dele... Alguns programas não são obras. Programas importantes, entre os quais entram os sociais, como a reforma agrária, como a questão da merenda escolar, como a questão do combate à mortalidade infantil.

Alguns desses programas não esgotam o conjunto de recursos do governo, mas esses programas que vão ser iluminados nesta reunião vão ser objeto de um acompanhamento direto e pessoal do presidente da República, através dos ministérios competentes, do Ministério do Planejamento e de um gerenciamento específico, porque nós achamos que chegamos ao momento em que a qualidade do gerenciamento passa a ser tão ou mais importante do que a quantidade de recursos. Porque num país que tem escassez de recursos, o controle da qualidade e a boa utilização dos recursos é central, é nossa responsabilidade política. Não se trata de mais, mas se trata de melhor. Nós estamos, hoje, atravessando uma fase — e eu tenho dito insistentemente — em que nós estamos mudando qualitativamente o que... O nosso entendimento sobre o desenvolvimento do Brasil. Eu repito sempre — e repetirei de novo — que não se trata de um país que quer produzir mais automóveis. O Brasil quer produzir melhores automóveis e quer produzir automóveis capazes de serem competitivos a nível mundial. E o que disse sobre automóveis vale para qualquer outro se-

tor da produção brasileira. Nós estamos passando por uma mutação, que não diz respeito apenas às transformações da globalização da economia, mas que diz respeito ao fato de que o Brasil decidiu não perder a oportunidade de, nesta globalização, ter um papel próprio, não ser caudatário, ter um papel de destaque. Equivocamos-se os que imaginam que, fechando os olhos a um processo real, defendem o interesse nacional. Defendem o interesse nacional quem vê a realidade e se situa nela, de tal maneira, que o povo do país tem um benefício maior. O povo brasileiro terá um maior benefício se o governo atuar com mais competência, se o setor privado for mais produtivo e se nós criarmos condições para a distribuição efetiva de renda e se nós entendermos, como entendemos neste governo, que o investimento social é tão, ou mais importante que o investimento físico.

É o que nós estamos fazendo sem demagogia, sem fazer clientelismo, sem utilizar fatos isolados como elementos de propaganda, mas acreditando na mutação qualitativa pela qual está passando esse nosso país, de tal maneira que as disparidades de renda e as disparidades regionais vão se resolver no decorrer do tempo, havendo continuidade e havendo persistência e havendo, sobretudo, modificação no plano do real, realidade. E não simplesmente plano da vontade.

E, muitas vezes, ouço falar da vontade política, e vontade política posta em termos genéricos e, ou saudade do autoritarismo — de um ditador que tudo resolveva — ou então incompreensão do que é a sociedade, que não muda em função da determinação de uma pessoa, de dez pessoas, de cem pessoas, mas muda quando existe uma organização capaz de fazer fluir os objetivos deste conjunto da sociedade para aquilo que ela deseja. E isso não pode ser feito em termos abstratos de uma vontade política. Tem que ser feito em termos de uma organização, de um debate, de uma continuidade no processo de transformação.

Eu queria, portanto, antes de passar a palavra ao ministro Kandir, mostrar-lhes, repito, alguns dos programas que vamos realizar e dizer, mais uma vez, que eles não contemplam todos os programas que vamos realizar.

Eu imagino que todos os senhores conheçam o PPA, que é o plano que já foi aprovado pelo Congresso Nacional, no qual, num período de cinco anos, se define quais são os objetivos da ação governamental. Todos os programas que aqui estão fazem parte do PPA. Nenhum deles é inovação. Todos eles foram propostos. Alguns deles foram objeto de proposta minha, ainda na fase da campanha eleitoral. Outros, depois de aprovados — nem todos foram aprovados. Os que foram aprovados pelo Congresso são aqueles que nós podemos, efetivamente, trabalhar com um objetivo do conjunto do País. Todos esses foram aprovados dentro do PPA, embora o PPA disponha de muitos outros programas adicionais.

A concepção geral desses programas é a idéia de que nós precisamos integrar o Brasil, de uma maneira equilibrada. E precisamos preparar o Brasil para que ele possa participar da economia, a nível internacional. Não existe, aqui, a preocupação de um Estado. Os programas são desenhados, preferencialmente, buscando eixos de desenvolvimento, que é a concepção moderna do desenvolvimento. Não se trata de um pólo de desenvolvimento que concentre numa região, mas de um eixo que distribua, pelos seus efeitos, um conjunto maior, numa área mais ampla. É necessário que o governo preste atenção ao conjunto do Brasil. Não serei exaustivo na enumeração, mas mostrarei que as várias áreas do Brasil são objeto da nossa preocupação.

Aqui, na Região Amazônica, região que, depois de, nos anos 70, sofrer uma ação governamental muito intensa, praticamente ficou um pouco às margens nacionais, nós procuramos ver, conversando com os governadores, conversando com as bancadas, quais eram os projetos realmente estruturados.

Isso aqui é BR-174. Ela vai de Manaus até a Venezuela. Alguns trechos dela, em Roraima, já estão feitos. Estão todos em construção, agora, desde Manaus até... Passa por Caracas e vai à fronteira com a Venezuela. É fundamental essa estrada. Vai dar viabilidade à Zona Franca de Manaus, no sentido de aumentar a exportação pelo Caribe, com maior velocidade. Ela abre uma possibilidade de, no futuro, nós, simultaneamente, termos uma linha de energia elétrica, trazendo energia de Guri, da Venezuela, para, eventualmente, servir a Roraima e Amazonas. Além do mais, vai permitir, no futuro, a passagem de um cabo óptico, de uma fibra ótica, para facilitar o sistema de comunicações. Isso já está em andamento.

O que está aqui é a Bacia de Urucu. O governo decidiu, embora não tenha fechado as portas à energia de Guri, decidiu que era mais urgente investir no gás do Urucu. Já estamos em marcha nessa direção e isso vai permitir duas saídas importantes para a Região Amazônica. Em primeiro lugar, Manaus, que está se tornando um pólo de industrialização, Manaus vai ter acesso à energia, via transformação do gás em energia. Por outro lado, é a melhor solução para resolver a questão relativa a Rondônia. Rondônia e Acre não teriam condições de receber diretamente a energia vinda do Guri. E seria muito difícil, também, transportar o Rio Amazonas para atender o outro lado da Amazônia. Através do gás e processos bastante modernos e complexos de transformação do gás em liquefação do gás, redistribuição do gás e, novamente, a utilização do gás, a gaseificação, a sua utilização na geração de energia, nós, através disso aqui, vamos beneficiar uma ampla área do Brasil.

Pois bem, além disso, nós estamos com um interesse imenso na Região Amazônica, na questão relativa às hidrovias. Isto aqui é a Hidrovia do Rio Madeira. A partir de setembro — e chamo a atenção dos senhores —, a partir de setembro, aqui, no Rio Amazonas, em Itacoatiara, nós disporemos de um terminal granelero. Esse terminal é feito por esforços do governo do Amazonas, mas com capitais privados, capitais de gente que produz aqui, em Rondônia, e que vai permitir que a produção de Mato Grosso e Rondônia possa ser escoada através de chatas. E o governo federal está financiando, pelo BNDES, essas chatas.

Nada disso está nesses programas. São outros programas que se juntam a esses, para que nós possamos, depois, fazer o transbordo em Itacoatiara e, em Itacoatiara, entram navios de grande calado, de mais de 100 mil, até 200 mil toneladas, e, daqui, isso vai para fora. E a sua vai ter um barateamento sensível, provocando, possivelmente, uma modificação no custo, no preço da soja, a nível internacional, porque o barateamento é imenso. E essa Hidrovia do Rio Madeira — o ministro da Marinha sabe disso — precisava de um esforço, que foi feito, e, em conjunto com o Ministério dos Transportes e o Ministério da Marinha, isso já está regularizado ou quase finalizada a regularização, o que implica em melhorar os portos, melhorar Porto Velho, preparar o sistema de chatas, fazer um outro terminal, como disse aqui, em Itacoatiara, e preparar a infra-estrutura para produção.

Aqui, nós temos também... Eu creio que es-

sa aqui é a 364, que é uma estrada muito importante, porque vai permitir ligar com o Acre. Devo dizer que não consta desse mapa, mas nós estamos dando recursos também ao Acre, para que ele faça outras estradas, por causa da saída futura para o Peru, que já estão sendo feitas.

Aqui, eu prometi na campanha que faríamos a Santarém-Cuiabá. Não consta desse mapa. O fato de não constar no mapa não quer dizer que não conste dos nossos propósitos e do nosso empenho. Com apoio do Exército, já começamos a fazer o trecho, em Santarém, na direção de Cuiabá. Há muitos problemas nessa estrada, mas aqueles que são da região do Mato Grosso e do Pará sabem que essa estrada — ela passa por aqui — é importante. E, portanto, o fato de ela não estar aqui não quer dizer que ela não esteja sendo cogitada e já iniciada pelo governo e que nós daremos o recurso que for possível a essa estrada.

O que está aqui, marcado de amarelo, no Pará, é algo também muito importante. É que a energia de Tucuruí, que servia ao Maranhão, para produção e para exportação de alumínio e de outros materiais que requerem muita energia, não atendia às populações do Pará. O ministro Raimundo Brito esteve no Pará e lançou os programas. São 800 milhões de reais de investimento, para que a população possa ter acesso às linhas de transmissão. Isso produz uma modificação sensível. E nos (revolução) no bem-estar da população e nos (...) possíveis, no Pará, inclusive na região do sul do Pará, que é uma região muito importante, por razões sociais, e que vai indiretamente efeito desta linha de transmissão.

Certamente, alguém dirá: "É o Amapá?". O Amapá requer algumas pontes e algumas estradas pequenas. (...) Haverá recursos, espero, se nós apertarmos mais — e apertaremos — os recursos que não são vitais para o Brasil, para que nós possamos contemplar, porque é necessário contemplar o Amapá nessas questões. Não estou me referindo, aqui, ao que nós estamos fazendo em saneamento básico, ao que nós estamos fazendo em termos de educação, de saúde, que são programas universais e que operam em toda esta região.

Além disso, aqui, na região do Tocantins, que vai terminar na Região Amazônica, nós estamos... Isto que está aqui é a Hidrovia Araguaia-Tocantins. É fundamental. O ministro dos Transportes sabe disso. E aqueles que conhecem a região do Tocantins sabem que isso vai permitir o escoamento da produção do Tocantins. E a produção do Tocantins é crescente. Há regiões de irrigação quase natural no Tocantins. Há grandes projetos no Tocantins, financiados pelos bancos internacionais, que vão permitir, estão permitindo a expansão da produção. E a possibilidade de utilização desta via aquática é fundamental.

O Brasil tinha descuidado das hidrovias. Nós estamos recuperando o sentido da hidrovia e nós estamos completando... Aqui está. Perdão. Estou equivocando. É aqui, não? É o Norte-Sul, que vai até Estreito, no Maranhão. Por quê? Porque, aí, vai permitir uma ligação entre a hidrovia e a ferrovia e vai permitir, depois, a saída pelo Maranhão, pelo porto de Itaqui. No futuro, nós vamos fazer também a saída pelo Pará. Para que haja saída pelo Pará, nós vamos ter de fazer — não é agora, não está programado aqui, mas estamos preparando as condições para... (..) que nós possamos, então, transpor dificuldades que impedem a saída pelo porto de Barcarena. No momento, de imediato, a saída seria mais fácil pelo Maranhão.

Isto aqui é uma linha de transmissão. Essa linha de transmissão de energia elétrica é a ligação, a interligação do sistema energético do Brasil, do Norte e Nordeste, e a interligação que vai permitir que tenhamos o conjunto do Brasil interligado em termos de energia. Isso é uma vantagem imensa porque vai permitir que, havendo falta de energia, por estiação ou pelo que seja, num ponto, possamos trazer energia de outros pontos para o Brasil.

Bom, então, vêem que há todo um esforço nessa direção, que vai na direção do Norte. Aqui, no Maranhão, vamos ter balsas, numa região absolutamente produtora, hoje. Nós também estamos cuidando de algumas estradas que precisam de apoio, no Maranhão, para que os recursos possam fluir mais facilmente a exportação pelo Caribe, com maior velocidade. Ela abre uma possibilidade de, no futuro, nós, simultaneamente, termos uma linha de energia elétrica, trazendo energia de Guri, da Venezuela, para, eventualmente, servir a Roraima e Amazonas. Além do mais, vai permitir, no futuro, a passagem de um cabo óptico, de uma fibra ótica, para facilitar o sistema de comunicações. Isso já está em andamento.

O que está aqui é a Bacia de Urucu. O governo decidiu, embora não tenha fechado as portas à energia de Guri, decidiu que era mais urgente investir no gás do Urucu. Já estamos em marcha nessa direção e isso vai permitir duas saídas importantes para a Região Amazônica. Em primeiro lugar, Manaus, que está se tornando um pólo de industrialização, Manaus vai ter acesso à energia, via transformação do gás em energia. Por outro lado, é a melhor solução para resolver a questão relativa a Rondônia. Rondônia e Acre não teriam condições de receber diretamente a energia vinda do Guri. E seria muito difícil, também, transportar o Rio Amazonas para atender o outro lado da Amazônia. Através do gás e processos bastante modernos e complexos de transformação do gás em liquefação do gás, redistribuição do gás e, novamente, a utilização do gás, a gaseificação, a sua utilização na geração de energia, nós, através disso aqui, vamos beneficiar uma ampla área do Brasil.

Pois bem, além disso, nós estamos com um interesse imenso na Região Amazônica, na questão relativa às hidrovias. Isto aqui é a Hidrovia do Rio Madeira. A partir de setembro — e chamo a atenção dos senhores —, a partir de setembro, aqui, no Rio Amazonas, em Itacoatiara, nós disporemos de um terminal granelero. Esse terminal é feito por esforços do governo do Amazonas, mas com capitais privados, capitais de gente que produz aqui, em Rondônia, e que vai permitir que a produção de Mato Grosso e Rondônia possa ser escoada através de chatas. E o governo federal está financiando, pelo BNDES, essas chatas.

Nada disso está nesses programas. São outros programas que se juntam a esses, para que nós possamos, depois, fazer o transbordo em Itacoatiara e, em Itacoatiara, entram navios de grande calado, de mais de 100 mil, até 200 mil toneladas, e, daqui, isso vai para fora. E a sua vai ter um barateamento sensível, provocando, possivelmente, uma modificação no custo, no preço da soja, a nível internacional, porque o barateamento é imenso. E essa Hidrovia do Rio Madeira — o ministro da Marinha sabe disso — precisava de um esforço, que foi feito, e, em conjunto com o Ministério dos Transportes e o Ministério da Marinha, isso já está regularizado ou quase finalizada a regularização, o que implica em melhorar os portos, melhorar Porto Velho, preparar o sistema de chatas, fazer um outro terminal, como disse aqui, em Itacoatiara, e preparar a infra-estrutura para produção.

Aqui, nós temos também... Eu creio que es-

gramas de saneamento. Saneamento em Salvador já está contratado, com o BID, porque, sem saneamento, sem água potável, sem investimentos em educação, sem que haja oferta de empregos via turismo, sem que haja irrigação para atender a essas populações da Bahia, da Paraíba, do Ceará, de Sergipe, de Pernambuco — e Petrolina é exemplo disso — não haverá a possibilidade efetiva de uma recuperação do Nordeste.

Claro que isso não vem em detrimento de um esforço industrializador. Mas o esforço industrializador só se implanta, efetivamente, em termos mais naturais, quando existem as condições humanas que permitem uma multiplicação dos recursos.

Bom, seria fastidioso ir de um por um dos programas, mas só para que não pensemos que nós olhamos apenas para o Nordeste e para a Região Norte, eu quero dizer que aqui está marcada, também, uma obra de grande importância, que é o gasoduto. E esse gasoduto, que é o gasoduto que vem da Bolívia e que vai chegar, aqui, a São Paulo e vai descer para o Sul do Brasil. Essa obra, essa decisão é uma decisão que tem 25 anos de história. O ministro Lampreia é testemunha disso, que, há 25 anos, já negociava o gasoduto Brasil-Bolívia.

Pois bem, nós vamos a Cochabamba, agora, no próximo mês, no começo de setembro. E quando estivermos em Cochabamba, nós já estaremos com essa obra em fase de decisão final, e, portanto, a Petrobrás já estará — já está, inclusive — começando as licitações para a compra dos insumos e dos tubos necessários para a realização dessa obra, que vai baratear enormemente a energia. É uma energia não poluidora. E com muito esforço, conseguimos organizar o projeto de tal maneira que ele não fique parado em São Paulo, mas que ele desça para o Paraná, para Santa Catarina, para o Rio Grande do Sul, para permitir uma base de infra-estrutura, aí, muito grande.

Repito: Isso aqui são alguns exemplos. Esteve em Minas, recentemente, como estive na Bahia, recentemente, inaugurando polígonos. E o gás do Rio, que ia a Juiz de Fora, já vai até Belo Horizonte. O gás da Bahia, da mesma maneira, já está indo para o Sul. A partir de Salvador, esse gás, já hoje, está chegando a... Qual é a região em que está chegando?"

(...) Itabuna.

Itabuna. Chegando a Itabuna. Em Jequié já está, porque nós fomos inaugurar lá esse polígono. Ou seja, a infra-estrutura, que é o fundamental para que nós possamos, depois, ter investimentos com mais rapidez do setor privado, a infra-estrutura, que corresponde ao governo a humana e a física, é o que nós estamos cuidando nesses projetos. Aqui, portanto, estão esse gasoduto.

Isto aqui é um eixo viário importante. Nós estamos duplicando a estrada Fernando Dias, que sai de Minas e vai a São Paulo. Estamos duplicando a BR-116, em São Paulo, que vai na direção do Paraná. E estamos duplicando a BR-101, que é a continuidade dessas estradas, em Santa Catarina. E nós vamos chegar até Osório, no Rio Grande do Sul, de tal maneira que esse eixo integrador da Região Sul, que vai ter um efeito enorme por causa do Mercado também, já está em marcha. Não está começando hoje. Não se trata de um projeto para ter efeito nas eleições do mês que vem. Isso é ridículo, me perdoem. Para quem pensa no Brasil com a grandeza com que nós temos de pensar, é ridículo pensar em projetos dessa envergadura para ter efeito em eleição. Isso ter efeito no Brasil, no próximo século. Nosso objetivo é que isso contribua para o Brasil ter uma posição competitiva, uma posição firme, no conceito das nações, no próximo século. E isso já vem de antes. Já está em obra.

Aqui, em azul, nós temos a Bacia Tietê-Paraná, que é outra obra extraordinária. Não começou neste governo. O Brasil não começou agora. Vem de longe. Nós estamos apenas acelerando processos que já estavam em marcha e com muita humildade, sabendo que, se não houvesse esforço passado, não haveria o que fazer hoje, assim como no futuro. Se nós não fizermos o que estamos fazendo hoje, não haverá os passos necessários. Isto aqui é uma obra fantástica, que vem do Porto de Santos, liga aqui a toda a região do Tietê, até o Rio Paraná, e sabe Deus, no futuro, que saídas haverá, por hidrovias, nesta região. Repito: nós estamos fazendo um grande esforço, no sentido de recuperar a importância das hidrovias. Mencionei as ferrovias porque elas fazem parte. Elas têm de se conectar, através de interpostos modais, para passar de um tipo de transporte para outro tipo de transporte.

Por isso, está aqui chamada a atenção para o Porto de Sepetiba. O Porto de Sepetiba, que é do Rio de Janeiro, no Estado do Rio, não é um porto para o Rio, é um porto para o Brasil. E, na medida em que nós fizemos — aqui está marcado também — a estrada de ferro Feronorte, na hora em que ela for completada — e nós pusemos recursos para fazer a ponte entre Mato Grosso e São Paulo —, juntando a Feronorte e a Fepasa e a Fepasa com a Rede Ferroviária Federal, com dois braços — um para Santos e outro para Sepetiba —, nós temos a possibilidade de que essa produção que se faz aqui, dentro do Brasil, no Brasil do Oeste, que ela possa ir, mais rapidamente, com melhores preços, para o Exterior.

E, quando se diz para o Exterior, isso significa também que esses pontos permitirão importações que vão vivificar a nossa economia. Diga-se, de passagem, que, em quatro anos, o Brasil dobrou o seu fluxo de importações e exportações, de 50 bilhões de dólares para 100 bilhões de dólares. Quatro anos, 100 bilhões. Dobramos, em quatro anos. E vamos dobrar, nos próximos quatro anos. E quem não vê isso é cego. Quem discute, como se o Brasil, agora, porque tomou uma medida, aqui e ali, para proteger o interesse legítimo de um produtor nacional, está fechando a economia é cego. É o contrário: porque a economia está aberta e continuará aberta e vai abrir mais, e que, eventualmente, nós vamos combater a concorrência desleal. Mas nenhum passo atrás, no que diz respeito à integração, porque foi isso que viabilizou o aumento de renda, foi isso que viabilizou o controle da inflação e é isso que viabilizou um crescimento industrial crescente.

Bom, eu creio que dei uma noção do conjunto desses projetos. Não mencionei, mas mencionei agora, e termino... Não mencionei alguns programas que não estão visualizados aqui, que são os programas que o ministro Kandir (...) sobre a área social, que, para nós — repito — tem o mesmo peso que os programas de infra-estrutura. Ou seja, o que o governo está fazendo é preparando um Brasil melhor, melhor para o seu povo, com escassíssimos recursos. Os senhores verão, na discussão com o ministro Kandir, que isso não significa ganância. Isso é o mínimo dos recursos já existentes, para que nós possamos atrair mais recursos do setor privado nacional, sobretudo, estrangeiro, para que se faça em conjunto com os Estados e com os municípios. E, para que nós tenhamos o que precisamos ter confiança em nós próprios, na nossa capacidade de preservar, de atingir objetivos.

Dito isso, eu pediria ao ministro Kandir que nos detalhasse um pouco o que eu disse (...)